

Os santos transexuais das igrejas e o biopoder do discurso sobre o cuidado de si

The transgender saints of the churches and the biopower of the discourse on self-care

Claudio Noel de Toni Junior¹

Resumo

Este artigo investiga a canonização de santos trans na Idade Clássica e Idade Média nas figuras de: Santa Eugênia, Santa Marina e Santa Eufrosina, articulando a análise das práticas de opressão de gênero na religião e na vida social no passado, para compreender o estigma visto no presente, no qual parte da religião cristã (católica e evangélica), no ato de fala, ao interpretar textos bíblicos na formação de discursos institucionais, gera estigma, abalo psíquico e suicídio às pessoas trans que se sentem excluídas em espaços do Sagrado. Neste estudo, aborda-se como as práticas de canonização e a legitimação da santidade em corpos com gênero oposto ao nascimento eram usadas como ferramentas para controlar e normatizar a identidade destas pessoas. Dessas formas de opressão das igrejas, estabelecidas desde os primeiros séculos da era cristã, mudaram apenas seus dispositivos de biopoder. A opressão se mantém na contemporaneidade e é sustentada não só pela igreja, mas por outras instituições, como se o tempo e o espaço permanecessem estáticos no conceito do estigma em mais de 2 mil anos. Para elaborar este estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada na revisão de textos hagiográficos, documentos históricos e pesquisas contemporâneas sobre identidade de gênero na esfera religiosa.

Palavras-chave: Santos trans; Religião; Opressão de gênero; Dispositivos de poder.

Abstract

This article investigates the canonization of trans saints in the Classical and Middle Ages in the figures of: Saint Eugenia, Saint Marina and Saint Euphrosina, articulating the analysis of the practices of gender oppression in religion and social life in the past, to understand the stigma seen in the present, where part of the Christian religion (Catholic and Evangelical) in the act of speech when

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutorando em Linguística pelo programa de Pós-Graduação na UFSCar. Bolsista Capes. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Carlos, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5374-8475>. Email: juniortoni100@gmail.com.

interpreting biblical texts in the formation of institutional discourses generates stigma, psychic upset and suicide for trans people who feel excluded in spaces of the Sacred. This study addresses how the practices of canonization and the legitimization of sanctity in bodies with a gender opposite to birth were used as tools to control and normalize the identity of these people, where the forms of oppression of the churches since the first centuries of the Christian era have only changed their devices of biopower, maintaining oppression in contemporary times, today not only by the church, but by other institutions, as if time and space remained static, in the concept of stigma over 2,000 years. To carry out this study, a qualitative approach was adopted, based on a review of hagiographic texts, historical documents and contemporary research on gender identity in the religious sphere.

Keywords: Trans saints; Religion; Gender oppression; Devices of power.

Introdução

A história da canonização de santos trans na Idade Clássica e Média apresenta uma dimensão complexa. Nela, figuras que transgrediam os limites tradicionais de gênero eram incorporadas, ainda que de maneira ambígua, ao imaginário institucional das igrejas.

Isso significa que a crítica à estigmatização das pessoas no contexto religioso brasileiro de doutrina cristã não envolve somente a Igreja Católica. Foi a partir dela que, com a Reforma Protestante, surgiram outras denominações religiosas, que criaram novas religiões sem abandonar o tradicional apego a deslegitimar práticas que não fossem heteronormativas. No Brasil, essas denominações são conhecidas como igrejas evangélicas: elas surgem da discordância em relação a dogmas católicos, mas ainda assim derivam dessa tradição, reproduzindo outras formas de opressão.

Ao mesmo tempo em que os santos, na expressão de gênero na condição em que viveram, oferecem exemplos de resistência e fluidez identitária, eles também evidenciam a perseguição e a opressão inerentes aos mecanismos de poder vigentes. Este artigo pretende explorar essa dualidade e a relação

intertemporal entre práticas medievais e atuais, apoiando-se na teoria foucaultiana sobre identidade e dispositivos de poder.

No contexto da obra de Michel Foucault (2021), o conceito de **biopoder** refere-se às práticas e estratégias pelas quais instituições controlam e regulam a vida das pessoas, influenciando não somente a maneira como vivem, mas também como se veem e se identificam. Já os **dispositivos de poder** são as diversas ferramentas e mecanismos, como leis, normas sociais e discursos, que determinam as relações de poder e moldam identidades. Ao trazer essa teoria para o cenário medieval, pode-se entender como a igreja, ao canonizar santos que desafiavam normas de gênero, exercia tanto controle quanto um espaço de contestação. Esse espaço, embora limitado, permite uma leitura mais abrangente da identidade como um campo de batalha onde poder e resistência coabitam, revelando as complexidades da experiência humana em tempos passado e presente (Frainer; Rodrigues e Kraimer, 2022).

Para Oliveira (2017), a análise parte do pressuposto de que o fenômeno da canonização de santos trans na Idade Clássica e Média não deve ser entendido meramente como um exemplo de tolerância ou inclusão. Em vez disso, deve-se considerá-lo como um processo profundamente influenciado por estratégias de regulação e disciplina que caracterizavam as práticas religiosas. Dessa forma, da mesma maneira que figuras de santas como Marina, Eugênia e Eufrosina sofreram perseguições, essas intolerâncias continuam presentes atualmente por meio de novas formas de opressão. Por exemplo, se naquela época os opressores eram soldados romanos comandados pelo imperador, hoje é a própria polícia institucionalizada que pratica os mesmos atos com *habitus* diferenciados, ao parar nas ruas uma pessoa apenas por ser trans. Tal prática a estigmatiza como se fosse criminosa, devido ao pré-conceito reverberado ao longo da História em um emaranhado de dispositivos de poder, que comporta diversos poderes como o

Legislativo e parte do Judiciário e da sociedade em que vivemos, conforme Benevides (2024).

Essas práticas permitiam que trajetórias individuais emergissem nas limitações de normas. Por exemplo, como a vida de uma “santa” que desafiava as expectativas tradicionais de gênero poderia ter inspirado outras pessoas a reconhecer e aceitar sua própria identidade? Esses dispositivos de poder, ao mesmo tempo em que operavam para normatizar, também ofereciam espaços para a expressão da singularidade e do desvio das normas estabelecidas.

Ademais, a discussão se amplia nos contextos institucionais que dialogam com estes acontecimentos históricos. Enquanto na Idade Média a canonização de indivíduos que viviam de forma não convencional era possibilitada num mesmo discurso de fé e espiritualidade, embora permeado por dispositivos normativos, a contemporaneidade tem sido marcada por discursos que utilizam a palavra de Deus para discriminar. Tais discursos ocasionam exclusão, violência simbólica e, em casos extremos, pensamentos autodestrutivos como o suicídio (Toni Junior, 2024).

Como metodologia, o trabalho adota uma abordagem qualitativa, de natureza interdisciplinar, integrando métodos históricos e teóricos para a análise dos processos de canonização de santos trans e a opressão de gênero na religião contemporânea. A análise documental e histórica utilizou fontes históricas disponíveis na forma de declarações, hagiografias e entradas em enciclopédias, principalmente referentes às figuras dos santos analisados: Santa Marina, o Monge, Santa Eugênia de Roma e Santa Eufrosina. Essa análise documental compreende a forma material como essas narrativas foram construídas e interpretadas, bem como os contextos sociais e religiosos em que ocorreram.

Diante desta exclusão, Matuoca (2017) infere que a comunidade não heteronormativa tem maior aceitação em outras denominações religiosas, como na Umbanda e no Candomblé, ou em não participar de nenhuma religião, tendo

Deus em si, sem a necessidade de intermediários institucionais. O autor destaca o papel das políticas públicas de inclusão da comunidade transgênera nos espaços da igreja, no seu direito de ir e vir e de conviver em sociedade. O direito de pertencimento deve permitir a entrada em qualquer espaço desejado, inclusive Sagrado, conforme seu livre consentimento e não por normatividades construídas pela exclusão histórica que se perpetua até agora.

O estudo examina a relação entre o estigma religioso exercido nas igrejas católica e evangélica e as implicações desse fenômeno para a saúde mental de pessoas trans no Brasil, com ênfase no aumento de comportamentos suicidas. A influência do dogmatismo bíblico institucional é discutida como um fator potencializador do estigma e da exclusão, contribuindo para o agravamento das condições psicológicas entre essas pessoas.

Ao propor a possibilidade de que santos(as) canonizados tenham vivido sob um gênero diferente do designado ao nascer, o artigo não pretende retroativamente impor categorias modernas a um contexto histórico complexo. Seu objetivo é demonstrar como as narrativas podem ser ressignificadas e reinterpretadas, e que a pessoa que não se enquadrava às normas sofreu e sofre desde o início da era cristã pela sua expressão de gênero.

A vida dos santos na igreja católica

Para Machado (2019), *Santa Eufrosina de Alexandria*, única filha de um homem de posses de nome *Paphnutius*, é entregue pelo pai a um casamento com um homem rico, o que não era de sua vontade. Eufrosina opta por se resguardar na virgindade. Ela foge da casa do pai, veste-se com roupas masculinas e muda o estilo de seu corpo para provar ser um homem e poder ser admitida em um mosteiro em Alexandria. Adota a identidade de *Smaragdus* e ocupa um lugar singular na tradição cristã. É reconhecida não somente por sua dedicação à fé, mas também por seu comportamento atípico para a época, tendo nascido mulher

e adotado, em diversas ocasiões, vestimentas tradicionalmente atribuídas aos homens.

Eufrosina vive no mosteiro por 38 anos e solicita ao abade do local sigilo em relação ao pai que a procura. O pai passa a procurar a filha desaparecida e o diretor do monastério, vendo aquele homem em desespero, o coloca sob os cuidados de sua própria filha, sem revelar sua identidade. Eufrosina profere conselhos e exortações ao pai sobre o cuidado de si. Somente no momento de sua morte, Eufrosina revela que era a filha que o pai sempre esteve à procura. Em forma de retribuição, seu pai, Paphnutius, após a morte da filha, se desfaz de sua riqueza e se converte ao cristianismo, passando o resto de seus dias no mosteiro.

O estudo de sua trajetória permite uma compreensão dos desafios enfrentados por mulheres que se recusaram a se enquadrar estritamente nas normas sociais de seu tempo. Nos relatos e tradições preservadas ao longo dos séculos, Santa Eufrosina nasceu em um período marcado pelas perseguições aos cristãos, possivelmente entre os séculos III e IV d.C.. Esse período, caracterizado pela tensão entre o Império Romano e as novas comunidades cristãs, impôs desafios particulares àqueles que desejavam seguir a fé com convicção. As atitudes de Eufrosina, que incluíam a adoção de vestuário masculino, podem ser interpretadas tanto como uma estratégia de proteção quanto como uma declaração de autonomia diante dos costumes rígidos da época².

Nas últimas décadas, conforme Bernau (2004), o estudo da vida de Santa Eufrosina tem ganhado nova relevância, sobretudo no campo dos estudos de gênero e da história das religiões. Pesquisadores apontam que sua trajetória pode

² O processo de canonização de Santa Eufrosina, embora envolto em elementos lendários, reflete a importância de sua figura na memória coletiva dos cristãos. Ela foi oficialmente reconhecida como santa num contexto em que a igreja buscava consolidar os testemunhos dos mártires e dos adeptos que, mesmo diante de adversidades extremas, demonstraram uma fé inabalável. Documentos históricos e hagiografias medievais indicam que o culto à Eufrosina se firmou gradativamente, sendo oficialmente incorporado ao calendário litúrgico em períodos posteriores à era das perseguições, quando a igreja passou a formalizar esses reconhecimentos (Bernau, 2024).

ser vista como um exemplo precoce de resistência às normas de gênero, além de ilustrar como a fé cristã foi moldada por experiências diversas e, por vezes, conflitantes com os padrões sociais predominantes.

Para Santi Beati (2022), Santa Eugênia de Roma viveu entre os séculos II e III d.C.. Ela se passou por homem com o nome de Eugênio para fugir do imperador Valeriano, devido à perseguição aos cristãos. Sua trajetória de fé, coragem e sacrifício tem inspirado gerações de fiéis. A narrativa de sua vida, embora envolta em elementos mitológicos, segue uma linha do tempo que destaca o reconhecimento oficial de seu martírio por meio do processo de canonização realizado pela Igreja Católica, que a reconheceu como santa.

A trajetória religiosa de Eugênia inicia-se com a sua conversão ao cristianismo. Ela temia a possível reação adversa de seu pai, Filipe, que não aceitava o novo credo, além de ser governador da província de Alexandria e dever obediência ao imperador Valeriano. Essa transformação de identidade ilustra, contundentemente, a coragem e a determinação de seguir seus ideais, mesmo diante de um ambiente familiar hostil e de possíveis retaliações.

Após a fuga, Eugênia encontrou refúgio em Heliópolis, uma cidade que se tornaria um importante ponto de sua trajetória. Lá, acompanhada por seus camareiros Jacinto e Proto, ela buscou refúgio e apoio na comunidade cristã local. Sua conversão e acolhida na nova comunidade foram simbolizadas pelo batismo, marcando oficialmente sua entrada na fé cristã (Grayson, 2009).

Em Heliópolis, conforme Mills (2018), Eugênia não permaneceu somente como uma seguidora, mas assumiu um papel ativo na vida religiosa. Ela se tornou abade de um mosteiro, posição que lhe conferiu responsabilidades. Eugênia reza por uma mulher enferma que em seguida a acusa de "adultério". A acusação a leva a ser julgada. No julgamento, se depara com o próprio pai como juiz. Ele a reconhece, a perdoa e a impede de ser morta. A mulher que a havia acusado falsamente confessa a mentira. O pai de Eugênia se torna cristão,

batizado pelo bispo de Heliópolis. O fato provoca a fúria do rei Valeriano, que manda matá-lo. Eugênia, sua mãe Cláudia e seus dois camareiros vão para Roma divulgar a fé cristã, convertendo adeptos. Descobertos, os camareiros, os monges e a mãe de Eugênia são decapitados por desobediência. Eugênia é morta em 25 de dezembro de 258 d.C. em função da perseguição que os cristãos sofriam naquele período e por descumprirem as ordens do imperador.

Na Bitínia, no século VII d.C., *Marina*, filha única de Eugênio, decide viver em um mosteiro após sua viuvez precoce. Eugênio, preocupado com a filha, decide “arranjar” um novo casamento. A filha se nega a cumprir o desejo do pai e o questiona: “Por que me colocar em situação que não é do meu gosto enquanto o Sr. decide resolver sua própria vida?”. Corta o cabelo e passa a viver sob a identidade masculina de Marino, em companhia do pai, que guarda o segredo. Em seguida, apresentam-se como dois homens ao abade do mosteiro e são aceitos no local religioso.

Eugênio adoece e morre. Após a morte do pai, Marino continua sua vida de peregrinação e penitência. Uma vez por mês, ele e outros monges se dedicavam a pedir doações e a vender objetos em outras cidades em prol da manutenção do mosteiro. Durante a viagem, hospedado em uma pousada, Marino é acusado de estuprar a filha do proprietário da estalagem. A mulher e um soldado, real culpado do crime, atribuem à autoria do estupro a Marino, que não se defende da calúnia. Diante do escândalo, frei Marino —como era conhecido— opta pela penitência, é expulso do monastério e passa a viver nas ruas com a criança gestada após o crime e abandonada pela mãe.

A vida ao relento dura três anos, até que o abade diretor do monastério — diante da clemência de outros monges e populares — aceita que Marino volte à congregação, com condições expressas de penitência. As condições eram: devolver a criança à mãe e desenvolver as atividades mais pesadas e insalubres no mosteiro, as quais, com o tempo, levaram à sua morte. Os monges, ao abrirem

a cela de Marino para os preparativos do enterro, notaram que se tratava de um corpo de um corpo de uma mulher aos 25 anos³.

A decisão de Marina de viver em um corpo masculino reflete um movimento de afirmação em face das normas de gênero estabelecidas. No ambiente restrito dos mosteiros, somente homens eram permitidos. A transformação simbolizava não só uma adaptação à ordem institucional da igreja, mas também uma tentativa, mesmo que velada, de equilibrar a vivência da fé com a autenticidade pessoal. Essa transição trouxe consigo inúmeros desafios, inclusive o peso dos preconceitos e das falsas acusações que marcaram sua trajetória (*Vatican News*, 2025).

No âmbito teológico, a história de Santa Marina cumpre um papel na discussão sobre os papéis de gênero na Igreja Católica. A simples existência de santos que viveram com o sexo oposto ao de nascimento evidencia uma flexibilidade dúbia na compreensão dos critérios de santidade. Embora a terminologia contemporânea, como transgênero, não seja utilizada tampouco aceita pela igreja para descrever esses santos, a essência de suas vidas transcende os limites da definição estritamente binária de gênero condizente com a doutrina religiosa *per se* (Larson, 2012; O Antagonista, 2025).

Biopoder e Necropoder: Dispositivos de dominação do corpo e as resistências intertemporais

A canonização de santos é um procedimento que envolve uma investigação minuciosa da vida, das virtudes e do martírio dos candidatos à santidade. No caso de Santa Eugênia, o processo de canonização seguiu os

³A mulher que acusou Marino de estupro porque estava “endemoniada”, seu pai e o soldado, se arrependem do que haviam feito e pedem perdão junto ao corpo. A mulher foi curada. A visão de um dos monges é restabelecida após tocar no corpo de Marina, que passou a ser venerada por diversas igrejas como: católica, ortodoxa e baronita. Os restos mortais foram levados a Veneza no século XI. Marina é considerada a santa intercessora das pessoas acusadas injustamente.

trâmites estabelecidos pela igreja católica, que requerem a comprovação de milagres reconhecidos atribuídos à intercessão dos candidatos. Após a beatificação, o processo de canonização exigiu a comprovação de um segundo milagre, reforçando ainda mais a legitimidade dos feitos atribuídos aos santos/as⁴.

Para Foucault (2012), biopoder se refere às formas pelas quais o poder se exerce sobre corpos e populações, moldando comportamentos e perpetuando estruturas de controle. Nesse mesmo sentido, o poder pastoral, conforme discutido por (Foucault, 2020b), representa uma prática de orientação moral e disciplinar que antecede a biopolítica e atua na constituição das identidades individuais.

Ao confrontarmos o necropoder de dominação religiosa com a insubordinação performativa que Butler (2024) propõe, constatamos uma tensão. Enquanto o poder religioso se apoia em estruturas que enfatizam a dicotomia entre vida e morte para reforçar hierarquias, a performatividade de gênero revela a impossibilidade de reduzir a existência a uma narrativa única ou imutável. Essa articulação crítica aponta para que se reconheça que as imposições religiosas, longe de serem instrumentos de autotransformação, atuam como mecanismos de opressão que negam a pluralidade das identidades.

No âmbito dos estudos de gênero, as obras de Gonçalves (2018) e Maranhão Filho e Meihy (2015) reforçam a ideia de que a identidade de gênero é fruto de uma construção social e histórica, fortemente mediada pelos discursos de poder. Tais argumentos encontram ressonância no contexto Medieval e na Idade Média, nos quais a canonização não era somente um reconhecimento de

⁴Esses milagres, reconhecidos e registrados, foram determinantes para o reconhecimento oficial da santidade de Marina pela Congregação para as Causas dos Santos. Essa congregação, seguindo as diretrizes estipuladas na Constituição Apostólica *divinus perfectionis Magister*, avalia meticulosamente cada aspecto da trajetória dos candidatos à santidade, assegurando que os critérios para a canonização sejam rigorosamente cumpridos.

virtudes espirituais, mas também uma ferramenta para a imposição de modelos de comportamento e para a exclusão de identidades desviantes.

Assim, os “dispositivos de poder”, conforme Veyne (2024), moldam a subjetividade humana, operam tanto na história quanto na modernidade, criando um panorama em que certas identidades são exaltadas enquanto outras são marginalizadas por instituições que as deveriam proteger. Ao explorar essa dinâmica por meio das vidas de Eufrosina, Marina e Eugênia, pode-se perceber como a luta por reconhecimento e a contestação das normas sociais sempre existiram como um fio condutor na experiência humana.

Para Jordan (2014), a articulação entre a canonização histórica e os dispositivos teóricos foucaultianos, como o conceito de biopoder que se refere ao controle e regulação das populações pelas práticas sociais, políticas e econômicas, possibilita uma compreensão dos processos de socialização, disciplina e normatização que se estendem desde os tempos medievais até a atualidade. Esse contexto histórico configura um campo de estudo para o entendimento das intersecções entre fé, poder e identidade, mostrando como as estruturas de poder moldam não somente as instituições, mas a própria vida cotidiana das pessoas. Mais do que isso: mostra que a realidade de quem deve viver ou de quem se deve deixar morrer são simétricas no tempo e no espaço quanto ao tema da transexualidade⁵.

Ainda que a canonização destes santos trans pareça, à primeira vista, uma forma de reconhecimento, a análise revela que esse reconhecimento era condicionado pela supressão de manter a ordem social e a hierarquia de gênero.

⁵ Essas histórias, ao serem canonizadas, revelam uma interação paradoxal: por um lado, a instituição eclesiástica reconhecia a importância da fé individual e da devoção; por outro, usava os discursos normativos para manter as divisões e hierarquias de gênero. Neste ponto, as canonizações funcionam como dispositivos de poder. Nesse sentido, os relatos medievais não podem ser interpretados simplistamente como atos de inclusão ou aceitação, mas sim como manifestações complexas dos mecanismos de disciplina que regiam a vida religiosa.

A disposição dos relatos hagiográficos orientava a interpretação das trajetórias individuais, inserindo a transgressão em um quadro que, de certa forma, a celebrava de modo contido e normativo, mas nunca irrestritamente aceito (Finucane, 2011).

Estudos de Casteleira e Maio (2017) enfatizam que os discursos religiosos desempenham um papel na modelagem dos comportamentos de gênero, apontando para uma necessidade crítica de se interpretar os textos sagrados sob a ótica de uma abordagem que desafie os paradigmas tradicionais. A partir dessa perspectiva, a narrativa hagiográfica tem sido tradicionalmente utilizada para consagrar modelos de virtude que, invariavelmente, reforçam padrões de comportamento associados a papéis binários e excludentes.

Entretanto, à medida que a sociedade se depara com novas demandas por inclusão e reconhecimento de identidades diversas, torna-se necessário repensar o conteúdo e a forma desses relatos. Quanto ao ato performativo de perseguir, mudam-se as formas, hoje mais tecnológicas e institucionalizadas, mas que impõem o mesmo sofrimento que passaram os santos canonizados.

Ramires, Silva e Medeiros (2020) alertam para as armadilhas discursivas que podem caracterizar a marginalização de minorias e apontam para a importância de práticas discursivas que não reproduzam lógicas excludentes. Nesse sentido, as narrativas de Santa Eufrosina de Alexandria, Santa Marina e Santa Eugênia, ao desafiarem as normatividades impostas historicamente, oferecem um campo para o resgate e a ressignificação de discursos religiosos. Pela análise crítica dos relatos de vida dessas figuras, é possível compreender as múltiplas dimensões que compõem a identidade trans e como essas dimensões interagem com as práticas culturais e religiosas.

Santana (2018) destaca o papel do sermão expositivo, enquanto gênero discursivo, na tentativa de subverter as normas estabelecidas, enfatizando que a linguagem religiosa pode ser uma ferramenta de destruição, resistência e

transformação. Esses argumentos reforçam a necessidade de uma nova leitura dos textos hagiográficos que incorporem não somente elementos tradicionais, mas também os significados emergentes das práticas e experiências contemporâneas.

Mbembe (2013), ao repensar as dinâmicas que configuram a soberania do poder, demonstra que, historicamente, as religiões institucionalizadas estabeleceram sistemas nos quais a imposição de dogmas corresponde à manutenção de hierarquias e à defesa de interesses hegemônicos. Este necropoder religioso opera ao determinar quem pode existir, quem pode ser excluído e, em última instância, quem pode ser aniquilado, seja fisicamente ou por meio da marginalização simbólica. Assim, o aparato religioso envolve uma infraestrutura ideológica capaz de transformar o desamparo em instrumento de dominação.

Oliveira (2017) menciona que, por meio desses mecanismos, a igreja utilizava a narrativa hagiográfica, ou a biografia dos santos, como uma ferramenta de educação e disciplina, visando executar um controle social que ia além da simples admissão no “panteão” religioso. A prática revela uma dicotomia inerente ao processo de canonização, no qual o ato de reconhecimento religioso se entrelaça com a imposição de limites que visam a homogeneização dos comportamentos e das identidades.

Enquanto nas Idades Clássica e Média se tolerava, ainda que de maneira ambígua e condicionada, a canonização de santos trans pelo martírio, a atualidade é marcada pela polarização: por um lado, encontramos movimentos religiosos que se empenham na inclusão e na reinterpretação das doutrinas; por outro, há setores conservadores que invocam a palavra de Deus para justificar a discriminação e a exclusão. Essa divergência revela que, apesar de avanços no reconhecimento dos direitos das pessoas trans, há exclusão nos dispositivos de

poder não apenas da igreja, mas também de instituições que hoje dominam os sujeitos pela norma.

Podemos imaginar como as instituições exerceram e exercem influência não somente na vida individual das pessoas, mas também sobre a vida coletiva, definindo normas de comportamento que podem incluir ou excluir. O biopoder se refere a essa forma de controle social que visa regular tanto a população quanto às relações interpessoais.

O poder pastoral era um instrumento que visava à orientação moral e espiritual dos fiéis, funcionando como um precursor à biopolítica, um conceito elaborado por Foucault (2020b) e à necropolítica por Mbembe (2013), que se refere às formas pelas quais sociedades modernas administram a vida, a saúde e a sexualidade de seus membros e que se expande para novos contornos sociais de desigualdades pelas novas instituições contemporâneas⁶.

Relação entre as Igrejas e a população transgênera no Brasil

Pode-se inferir que há correlação entre a repressão às pessoas transgêneras e o declínio de influência da Igreja Católica em países como o Brasil. Diante deste cenário, tem-se o crescimento concomitante de outras denominações religiosas, como a Umbanda. Isso se alia ao contexto das atitudes institucionais das igrejas tradicionais (católica e evangélica), com ênfase nas posições históricas e recentes, incluindo as tentativas de reforma promovidas pelo Papa Francisco em melhorar a reputação da Igreja Católica em aceitar pessoas trans, sem as estigmatizar.

⁶ A complexidade dessa ambivalência é ressaltada quando se considera o papel da fé. Por um lado, as narrativas de santos trans demonstram a possibilidade de uma vivência autêntica da espiritualidade, na qual o indivíduo transcende as imposições do gênero e se dedica à busca de uma verdade interior, uma tentativa de se libertar dos grilhões impostos pela sociedade. Por outro lado, essa mesma narrativa é utilizada para ilustrar os mecanismos pelos quais a igreja mantém o controle sobre os corpos e as identidades, perpetuando normas que podem ser opressivas.

Contudo, isso se dá de forma singular, não sendo um movimento institucional. A análise se aprofunda na discriminação enfrentada pela população trans na igreja, particularmente em casos documentados de discriminação institucional contra essas pessoas no Brasil (Sell, 2025).

Para Bonfim (2009), houve um aumento significativo nas denúncias de discriminação contra pessoas trans em ambientes religiosos cristãos pelo dogmatismo bíblico, refletindo uma cultura de exclusão que ainda persiste. Essa análise enfatiza a evolução das práticas discriminatórias das igrejas ao longo do tempo : desde posturas conservadoras até reações de dizer que a pessoa não pode ser aceita naquele espaço em razão de sua sexualidade, estando supostamente “endemoniada”. O discurso aponta que somente com a “libertação” na igreja, envoltas pela bíblia, seriam dignas de estar na vida em Cristo pelos dogmas impostos.

A Umbanda e outras práticas afro-brasileiras, como o Candomblé, enfatizam frequentemente a aceitação de todos os indivíduos, independentemente de sua identidade de gênero. Para reforçar essa característica, devem ser criadas políticas de incentivo e proteção às religiões de matriz africana, espaços de aceitação e convivência, oferecendo maior visibilidade e apoio às suas atividades e cultos.

Uma abordagem eficaz poderia incluir parcerias público-privadas para promover eventos multirreligiosos que celebrem a diversidade , assim como campanhas de educação religiosa nas escolas, que abordem o multiculturalismo espiritual das religiões afro-brasileiras e sua tradição de inclusão (Do Nascimento e Da Costa, 2019). A criação de um conselho inter-religioso, com representação de várias tradições, incluindo a afro-brasileira, que trabalhe em conjunto com instituições religiosas tradicionais e conservadoras, pode auxiliar na elaboração de diretrizes que garantam o respeito e a inclusão de todas as identidades de gênero nas práticas religiosas, promovendo um diálogo contínuo sobre

diversidade e espiritualidade. As políticas públicas devem visar não somente a proteção da liberdade de culto, mas também a promoção da equidade, garantindo que todos, independentemente de sua identidade de gênero, possam desfrutar de um espaço sagrado seguro e acolhedor.

Pesquisas apontam que a transfobia religiosa se manifesta por meio de práticas e crenças que marginalizam pessoas trans, contribuindo para conflitos internos e o adoecimento psicológico (Teixeira e Christovam).

Para Romba (2015), em contextos tradicionais, normas de gênero estritas podem inibir a expressão plena da identidade de indivíduos LGBTQIAPN+, promovendo uma experiência espiritual que se distancia dos valores de inclusão e respeito à diversidade⁷.

Para Da Silva (2018), o estigma traz o debate sobre a saúde mental de populações marginalizadas que frequentam espaços religiosos. Entre essas populações, pessoas trans enfrentam desafios relacionados à identidade de gênero, especialmente quando inseridas em contextos marcados por um forte dogmatismo religioso. No Brasil, as influências de instituições católicas e evangélicas, frequentemente associadas a interpretações conservadoras dos textos bíblicos, têm contribuído para a reificação de estereótipos e para a intensificação do estigma contra indivíduos trans.

Estudos de Dalgarrarondo (2007) inferem que a exclusão e a discriminação podem desencadear crises existenciais e agravar quadros depressivos, elevando o risco de comportamentos suicidas entre pessoas trans. Dessa forma, há uma premente necessidade de compreender os mecanismos pelos quais o discurso religioso pode impactar negativamente a saúde mental desses indivíduos e, conseqüentemente, contribuir para a incidência de suicídio.

⁷ Nesse sentido, é mister que políticas públicas sejam desenvolvidas para abordar as causas da transfobia religiosa. Uma proposta viável seria a implementação de treinamentos em diversidade e inclusão nas instituições religiosas, com o apoio de especialistas em direitos humanos e representantes de organizações LGBTQIAPN+.

O discurso conservador e excludente, presente em proferimentos baseados em dogmas bíblicos, exerce forte influência na construção social da identidade trans. O estigma religioso atua não somente como um fator de marginalização, mas também como um agente de desgaste psicológico, aumentando a vulnerabilidade dessas populações ao suicídio (Assumpção; Oliveira, 2018).

A influência do dogmatismo pode ser compreendida como um reflexo da manutenção de um *status quo* que privilegia normas heteronormativas e cisnormativas, deslegitimando as identidades trans e contribuindo para a construção de uma aura de estigmatização social.

Para Chinazzo (2000), as igrejas adotam uma postura conservadora em relação às questões de gênero e sexualidade. A teologia do corpo, conforme defendida por João Paulo II, enfatizou a ideia de papéis sexuais complementares e distintos, o que tem sido interpretado por muitos como uma resistência à fluidez e diversidade de gênero. A oposição da igreja à teoria de gênero e à redesignação sexual tem raízes em uma visão tradicionalista, que reforça a ideia da “família natural”, conforme Foucault (2020a), como um pilar fundamental da fé das igrejas tradicionais. Essa visão, somada à falta de acolhimento e à marginalização das pessoas trans, traz consequências psicológicas e sociais severas, afetando sua saúde mental e sua participação nas comunidades religiosas. Apesar das práticas discriminatórias, algumas comunidades católicas têm começado a adotar iniciativas positivas de acolhimento, contrastando com a postura institucional mais ampla da igreja⁸.

Essa postura institucional tradicional, conforme Butler (2006), afirma que a construção do gênero é uma performance social, irreversível diante de

⁸ A posição oficial da igreja católica em relação às pessoas transgêneras tem sido, em sua maioria, negativa. Em 2024, o Vaticano classificou cirurgias de redesignação sexual e a teoria de gênero como violações à dignidade humana, considerando tais procedimentos uma “tentação de se passar por Deus”.

imposições externas que tentam redefini-lo por meio de dogmas ou poderes transcendentais. Segundo Butler (2024), ninguém pode, mediante imposições religiosas, mudar o gênero de outra pessoa, pois o gênero se configura num espaço de manifestação e agenciamento no qual a identidade transcende normas inflexíveis e preestabelecidas. Essa ideia coloca em xeque a pretensão dos discursos religiosos que discursam sobre a “correção” ou “normalização” da identidade, insistindo numa visão essencialista que não corresponde à complexidade e à vivência dos indivíduos.

A análise da discriminação contra pessoas trans mostra uma evolução ao longo das últimas décadas, o que contrasta com o pensamento do papa Francisco que acolhia as pessoas trans dentro da normalidade institucional com discurso menos intolerante que os demais papas (Papa Francisco, 2017).

Para Bezerra (2025), nos anos 2000, a marginalização era mais sutil, manifestando-se na falta de reconhecimento e apoio, enquanto, a partir de 2010, as manifestações de hostilidade tornaram-se mais evidentes em algumas declarações e ações da liderança das igrejas.

Como consequência dessa discriminação, para Benevides (2018; 2024), muitos indivíduos trans experimentam sérios efeitos psicológicos, como depressão e ansiedade, além de o estigma social que sentem os afastar de suas comunidades e redes de apoio⁹.

Para Chinazzo (2000), a análise sobre a discriminação da população trans pelas igrejas revela um histórico que se desenvolveu ao longo das últimas décadas. Desde os anos 2000. Diversos casos documentados ilustraram como a

⁹ Apesar desse cenário desolador, algumas paróquias e comunidades católicas têm tentado ser mais acolhedoras. Iniciativas de apoio e inclusão têm emergido, como grupos locais buscam entender e integrar a diversidade de gênero, contrastando as práticas discriminatórias da instituição com ações positivas de acolhimento e respeito à identidade das pessoas trans. Embora essas iniciativas ainda sejam minorias, elas oferecem um modelo de esperança e resistência, contrabalançando a narrativa dominante da exclusão.

discriminação institucional se manifestou em várias esferas, incluindo escolas católicas, instituições de caridade e paróquias, onde pessoas trans frequentemente enfrentaram barreiras em termos de aceitação e apoio.

Para Caputo (2018), pessoas trans entrevistadas relataram ter sofrido discriminação em alguma forma de instituição religiosa, muitas vezes através de palavras e atitudes que invalidaram suas identidades. Além disso, segundo dados do Disque 100, o serviço de denúncia de violações de direitos humanos, houve um aumento nos registros de denúncias de discriminação contra pessoas trans em ambientes religiosos, principalmente católicos e evangélicos, ilustrando uma crescente insatisfação e resistência à inclusão.

Estas práticas discriminatórias, que começaram a ser mais evidentes em contextos de formação religiosa, muitas vezes culminaram em não aceitação em ritos e celebrações importantes, como batismos e casamentos, o que pode levar a um sentimento de rejeição profunda.

As consequências psicológicas da discriminação religiosa são problemáticas. Muitos indivíduos trans reportam sofrer de depressão e outros problemas de saúde psíquica, frequentemente exacerbados pela falta de apoio familiar e comunitário nestes espaços. O estigma associado à identidade de gênero, quando validado por instituições como a igreja, pode culminar em isolamento social, uma condição que tem se mostrado mais severa entre os (as) jovens trans (Benevides, 2018; 2024).

A intolerância religiosa contra pessoas trans não se limita a religiões majoritárias, sendo identificada inclusive nos terreiros de religiões afro-brasileiras, em menor quantidade. Estudos indicam que indivíduos trans, especialmente travestis e homossexuais envolvidos nessas tradições, estão vulneráveis a situações de violência letal, evidenciando a necessidade de políticas públicas que combatam tanto a homofobia quanto a transfobia religiosa (Fernandes, 2013).

Para Martins (2023), deve-se assegurar que as leis de proteção aos direitos das pessoas trans e LGBTQIAPN+ sejam amplamente aplicadas nos contextos religiosos não apenas como *lobby* institucional, mas na prática *structu sensu*, criando mecanismos para denúncias de discriminação e violência.

Políticas públicas que incentivem a colaboração entre as autoridades religiosas e os órgãos governamentais podem proporcionar um espaço de diálogo e resolução de conflitos, oferecendo assim suporte mais sólido às comunidades mais afetadas pela intolerância.

Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU, 2023), para que esses ambientes sejam inclusivos, deve-se ter políticas públicas que promovam o respeito às identidades de gênero dentro de todos os contextos religiosos.

Para muitas pessoas trans, a espiritualidade não se limita à participação em organizações religiosas formais. A crença de que a divindade habita o interior de cada pessoa permite, na relação do si com a natureza, que a identidade de gênero seja vivida de forma autêntica, sem a necessidade da validação por instituições externas. Essa abordagem tem-se evidenciado inclusive para a promoção do bem-estar psicológico e social, especialmente em contextos marcados pela marginalização e pela intolerância (Teixeira e Christovam, 2025).

Considerações finais

O artigo apresentou uma análise de que o uso de textos bíblicos por religiões leva pessoas trans a acreditarem que, pelo que se ouve nas igrejas, precisam mudar de gênero para entrar no reino dos céus, em virtude da interpretação pastoral no Brasil de que estariam sob pecado. Essa tendência faz com que muitas pessoas, sobretudo familiares ligados a religiões tradicionais, induzam seus parentes a mudar de gênero, gerando estigmas e até tentativas de suicídio, ao acreditarem nesses “profetas”.

No Brasil, há o crime de induzimento ao suicídio, típico em casos como esses, nos quais, de forma sutil, se tenta mudar o gênero da pessoa, utilizando a palavra sagrada sob a justificativa de interpretação bíblica ou de liberdade religiosa.

Toda ação ou omissão religiosa que leve ao suicídio ou que provoque a estigmatização do outro não pode ser considerada palavra santa, e sim discurso que deve ser coibido. Fato é que, recentemente, com a sanção da Lei n.º 13.968/2019, que veda o induzimento ao suicídio, tal conduta passou a ser considerada crime doloso, em sua forma tentada ou consumada, com pena de reclusão de 6 meses a 6 anos, caso o suicídio se concretize.

Todavia, até o momento, não se viu nenhum pastor, padre ou outro sacerdote ser punido. Quem agride o outro não pode permanecer impune sob o pretexto de “liberdade de expressão”, especialmente quando se trata da vida humana. Isso ocorre porque prevalecem no Legislativo bancadas religiosas que “blindam” discursos de ódio e os protegem. Além disso, o preconceito, no Brasil, é muitas vezes velado em suas subjetividades, e, quando se percebe, a pessoa já atentou contra a própria vida.

Por meio do conceito de necropoder, Mbembe (2013) evidencia a lógica sombria por trás das práticas de dominação, enquanto Butler (2006) reafirma que as identidades de gênero são produtos de uma performance irrestrita, resistente a qualquer tentativa de recondução autoritária. Essa reflexão aponta, portanto, para a necessidade de se construírem alternativas políticas e sociais que respeitem a autonomia dos corpos e a diversidade dos modos de ser, rejeitando as narrativas opressoras que, historicamente, buscaram controlar a existência pelo medo e pela exclusão.

A análise das práticas religiosas e das experiências de pessoas trans em contextos tradicionais, em contraste com as religiões de matriz africana, revela a importância da busca por espaços inclusivos e acolhedores. Enquanto religiões

tradicionais e normativas muitas vezes perpetuam a transfobia religiosa e restringem a expressão de gênero, pessoas trans são acolhidas em templos umbandistas e do candomblé, menos presos a dogmas de condenação baseados em textos bíblicos.

Para apoiar a inclusão de pessoas trans em diferentes contextos religiosos, é importante que as políticas públicas considerem a interseção entre direitos religiosos e identidade de gênero. É necessário criar programas educacionais que promovam a conscientização e a formação sobre diversidade de gênero nas escolas e nas instituições religiosas e comunitárias, visando dismantlar preconceitos históricos e sociais. Tais programas podem se inspirar em experiências bem-sucedidas de participação social nas universidades, pois se percebe que, ainda hoje, as instituições públicas não sabem respeitar pessoas trans e pouco realizam campanhas de conscientização. É evidente que muitas pessoas não querem respeitar quem não se enquadra na heteronormatividade, esquecendo-se da existência dessas, mesmo havendo informação disponível.

Ao discutir os santos transgêneros e a relação de biopoder nas igrejas desde o Império Romano, observa-se que a aceitação dessas pessoas, mesmo na condição de santos, ocorreu em circunstâncias particulares do próprio sujeito. Isso não significa, contudo, que a Igreja tenha adotado uma postura acolhedora em relação ao tema. Não há, por exemplo, um posicionamento claro sobre qual seria a diferença entre a vida de um desses santos e a de uma pessoa transexual atualmente.

Pessoas trans vivem sob constante dominação diante das circunstâncias impostas pela sociedade patriarcal contemporânea, na qual o biopoder e o necropoder institucional, político e religioso determinam quem pode viver e quem deve morrer.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Gláucia Lopes Silva; OLIVEIRA, Luciele Aparecida; DE SOUZA, Mayra Fernanda Silva. Depressão e suicídio: uma correlação. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 3, n. 5, p. 312–333, 2018.

O ANTAGONISTA. *Curta narrado por padre Julio Lancellotti, que retrata santa como trans, estreará no YouTube*. 2025. Disponível em: <https://oantagonista.com.br/brasil/curta-narrado-por-padre-julio-lancellotti-que-retrata-santa>. Acesso: 05. Acesso jun. 2025.

BANCO DE DADOS (Online). 2019. Disponível em: <https://bucket.server.umahistoriadapeninsula.com/verbetespdfdoc/vida-de-santa-eufrosina.pdf>. Acesso: 02. out. 2024.

BENEVIDES, Bruna. *Precisamos falar do suicídio de pessoas trans*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Brasília. Brasil, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/> . Acesso: 12. abr. 2024.

BENEVIDES, Bruna. *Dossiê Antra*. Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf> . Acesso: 04. mar. 2025.

BEZERRA, Tony Gigliotti. *Igrejas e grupos LGBTIA+ no Brasil e experiências místicas cristãs*, 2025.

BERNAU, Anke. The Translation of Purity in the Old English Lives of St Eugenia and St Euphrosyne. *Bulletin of the John Rylands Library*, v. 86, n. 2, p. 11-37, 2004.

BODNARUK, Mariana. Transgender Materialism: Gender and Sexuality in the Life and Passion of Susanna. *Journal of Late Antiquity*, v. 17, n. 2, p. 422–450, 2024.

BRASIL, Justiça. Lei nº 13.968 de 26 de dezembro de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13968.htm. Acesso: 05. mai. 2024.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Ed. Routledge. Abingdon, Inglaterra, Reino Unido, 2006.

CASTELEIRA, Rodrigo Pedro; MAIO, Eliane Rose. Gênero, volte para o armário! Discurso religioso, gênero e modelagem de comportamento. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, p. 243–257, 2017.

CHINAZZO, Ítala Raymundo. *Prevalência de sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans e o impacto do estresse de minoria*. 2019. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

DALGALARRONDO, Paulo. Estudos sobre religião e saúde mental realizados no Brasil: histórico e perspectivas atuais. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, v. 34, p. 25–33, 2007.

DA SILVA, Lidiane. *A religião como elemento promotor de internação psiquiátrica*. Dissertação de Mestrado. Faculdade Unida de Vitória (Brasil), 2018.

DO NASCIMENTO, Taiane Flôres; DA COSTA, Benhur Pinós. O terreiro de religiões de matriz africana como espaço marginal e possível à vivência de pessoas travestis. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 3, n. 41, p. 25–36, 2019.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Assassinatos de travestis e” pais de santo” no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. *Saúde em Debate*, v. 37, p. 485–492, 2013.

FINUCANE, Ronald C. *Contested Canonizations: The Last Medieval Saints, 1482–1523*. CUA Press, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos V. Ética, sexualidade e política*. Trad. Elisa Monteiro e Inês A.D. Barbosa. Ed. Forense Universitária. São Paulo, 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Ed. Paz & Terra. São Paulo, 2020a.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade IV: As confissões da carne*. Ed. Paz & Terra. São Paulo, 2020b.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Ed. Paz e Terra. São Paulo, 2021.

FRAINER, Luciana Fiamoncini; RODRIGUES, Luis Carlos; KRAEMER, Celso. Biopoder e biopolítica: Sade entre Foucault e Agamben. *Profanações*, v. 9, p. 301–324, 2022.

FRANCISCO, Papa. *Quem sou eu para julgar? O perdão e a tolerância são caminhos para a paz e a harmonia de cada um de nós e de todo o mundo*. Leya, 2017.

GONÇALVES, Daniel Luis Cidade. A onnipresença do poder em Michel Foucault. *Aufklärung: Revista de Filosofia*, v. 5, n. 2, p. 135–148, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6579630>. Acesso: 12. ago. 2024.

GRAYSON, Saisha. Disruptive Disguises: The Problem of Transvestite Saints for Medieval Art, Identity, and Identification. In: *Medieval Feminist Forum: A Journal of Gender and Sexuality*. Society for Medieval Feminist Scholarship, p. 138-174, 2009.

JORDAN, Mark D. *Convulsing bodies: religion and resistance in Foucault*. Stanford University Press, 2014.

OLIVEIRA, Maria Regina de Lima Gonçalves. Eu vos declaro *marido e mulher*. : implicações do discurso religioso para a (con) formação da desigualdade de gênero. *Anais da Semana de Integração da UEG Câmpus Inhumas*, v. 4, n. 1, 2017

LARSON, Wendy R. *Do you inquire about these things?* Text, Relic and the Power of St. Marina. *Medieval Perspectives*, v. 27, 2012.

MATUOCA, Ingrid. Eu sou trans e religiosa. *Geledés*–Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/eu-sou-trans-e-religiosa/>. Acesso: 14. mar. 2025.

MBEMBE, Achille. *África insubmissa: Cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial*. Edições Pedagogo. Luanda, Angola, 2013.

RAMIRES, Vicentina; SILVA, Lucas Henrique; MEDEIROS, Roseana. O discurso religioso no debate sobre gênero e sexualidade. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 21, n. 2, p. 119–141, 2020.

SANTANA, Wilder Kleber Fernandes de. O sermão expositivo religioso enquanto gênero do discurso: uma abordagem linguístico-dialógico-discursiva. *Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da UEFES*, p. 79–90, 2018.

SELL, Carlos Eduardo. *Para onde vai à Igreja Católica? Uma análise sociológica*. Editora Vozes, 2025.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. *(Re/des)conectando gênero e religião: peregrinações e conversões trans e ex-trans em narrativas orais e do Facebook*. 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17122019-153700/pt-br.php>. Acesso: 11. Jan. 2025.

MARTINS, Laura Barbosa *et al.* *Impactos nas políticas públicas direcionadas para pessoas trans no Brasil, ilustrada através da justiça como práxis: uma revisão integrativa*, 2023.

MILLS, Robert. Visibly trans? Picturing Saint Eugenia in medieval art. *Transgender Studies Quarterly*, v. 5, n. 4, p. 540-564, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *News*. ONU defende interseção entre liberdade religiosa e respeito às pessoas LGBTQIA+. 2023.

Disponível: Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/06/1816547>. Acesso: 14. jan. 2025.

ROMBA, Rui Martins. *O Candomblé no Terreiro de Pilão Branco em São Paulo: Estudo de Caso sobre o impacto da religião no cotidiano de praticantes Pessoas Trans*. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta (Portugal), 2015.

SANTI BEATI, Eugenia di Roma martire. 2022. Disponível em: <https://www.santiebeati.it/dettaglio/90625>. Acesso: 04. dez. 2024.

TEIXEIRA, Izabella; CHRISTOVAM, Monique. Os impactos da religiosidade cristã na vivência das questões de gênero. *Repositório Institucional*, v. 3, n. 2, 2025.

TONI JUNIOR, Claudio Noel de. *Sex reassignment surgery for trans women: perspectives from the biomedical and legal fields*. Master's dissertation. Postgraduate Program in Science, Technology and Society. Federal University of São Carlos, 2024. Acesso: <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/a7ffb1ad-cf43-43ba-8742-329da22c6c86/content>. Acesso: 07. abr. 2025.

VATICAN NEWS. Santa Marina de Bitínia. 2025. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/06/18/s--marina-de-bitinia.html>. Acesso: 01. jan. 2025.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Civilização Brasileira, 2024.